

**RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DE
AIA AO**

HOTEL PICO NATURE RESORT

FASE DE PROJETO DE EXECUÇÃO

PROPONENTE: TECNOVIA-AÇORES, Sociedade de Empreitadas, S.A.

REGISTO: INT-SRAAC/2025/3763

ÍNDICE

1. CONSULTA PÚBLICA	3
1.1. ENQUADRAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA	3
1.2. RESUMO DA CONSULTA PÚBLICA	4
1.3. CONSULTA A ENTIDADES	5

ANEXO: PARECER DA DREC

1. CONSULTA PÚBLICA

1.1 ENQUADRAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA

O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) do Projeto de Execução (PE) “Hotel Pico Nature Resort” (HPNR), a licenciar na freguesia e concelho da Madalena, enquadra-se no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro (Diploma AILA) e iniciou-se a 28 de fevereiro de 2025, com a entrada na Direção Regional do Ambiente e Ação Climática (DRAAC), na qualidade de Autoridade Ambiental (AA), de um email, proveniente da Câmara Municipal da Madalena na qualidade de Entidade Licenciadora da obra, contendo o requerimento para o mesmo, o Estudo de Impacte Ambiental (EIA), acompanhado e um conjunto de documentos que compunham o Projeto de Execução.

O licenciamento deste PE ficou sujeito a procedimento de AIA por a sua tipologia se enquadrar na alínea b) do número 20 do Anexo II do Diploma AILA: Hotéis, hotéis-apartamentos e apartamentos turísticos, localizados em áreas sensíveis, com capacidade igual ou superior a 20 camas.

Após um primeiro parecer da Comissão de Avaliação a pedir aperfeiçoamentos ao EIA e a detetar incompatibilidades do PE com o Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico (POPPVIP), emitido a 25 de março de 2025, o que levou à suspensão do procedimento até à entrega de uma nova versão do EIA e de alterações no PE que solucionassem as incompatibilidades.

Assim, o procedimento de AIA foi retomado a 25 de maio com a receção na AA de uma nova versão do EIA e do PE alterado, bem como dos exemplares em suporte de papel obrigatórios a disponibilizar na Consulta Pública.

A CA apreciou então a revisão dos volumes que constituíam o EIA e confirmou a resolução do problema de compatibilidade do PE com o POPPVIP, pelo que propôs à AA, a 29 de maio de 2025, que fosse declarada a conformidade da versão revista do EIA com o exposto no artigo 37.º do Diploma AILA, de modo ao procedimento de AIA prosseguir para a fase de Participação Pública.

A CA propôs ainda a solicitação de parecer à Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade como entidade competente pelo licenciamento no local de uma extração de inertes a ser ocupada pelo HPNR e submeter à auscultação da Divisão da DRAAC competente

em matéria de Recursos Hídricos as componentes do PE referentes à criação de uma lagoa artificial e da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) a construir.

A 30 de maio a versão revista do EIA foi declarada conforme de modo a que o procedimento prosseguiu para a fase de consulta pública.

1.2 RESUMO DA CONSULTA PÚBLICA

Nos termos do preceituado no artigo. 106.º do Diploma AILA, a Autoridade Ambiental procedeu à publicitação da Consulta Pública através da exposição de editais na sua sede e nos lugares de estilo das bibliotecas públicas e arquivos regionais, bem como através de um anúncio no único jornal do concelho de implantação do Projeto de Execução, o semanário “Ilha Maior”, que publicado a 6 de junho de 2025, com os elementos obrigatórios para a divulgação do período de Participação Pública.

Tendo em conta as exigências da Diretiva 2011/92/EU de Parlamento Europeu e do Conselho, na sua versão resultante da alteração pela Diretiva 2014/52/EU, a Consulta Pública decorreu ao longo de 30 dias úteis, entre 11 de junho e 23 de julho de 2025, inclusive, e não apenas ao longo de 20 dias úteis como definido na alínea b) do n.º 2 do artigo 106º do Diploma AILA.

A documentação obrigatória esteve disponível durante a Consulta Pública em formato papel nas instalações do Serviço de Ambiente e Ação Climática da Ilha do Pico e nas três Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais dos Açores e também em suporte digital na página da internet da Autoridade Ambiental através do seguinte endereço:

<https://portal.azores.gov.pt/web/gov/consultas>

Nos Editais, no Anúncio e no Portal na Internet constava ainda a informação de que os interessados, devidamente identificados, podiam manifestar-se, por escrito, no prazo da Consulta Pública, dirigindo as suas exposições à Direção Regional do Ambiente e Ação Climática, sita na Rua Cônsul Dabney, Colónia Alemã, 9900-014 HORTA ou para o correio eletrónico: dacaa.draac@azores.gov.pt.

Findo o período definido para a Consulta Pública, aguardou-se a seguir um prazo de 5 dias úteis para a eventual receção de correio postal na Autoridade Ambiental de algum contributo de cidadãos interessados, entretanto, não chegou à AA qualquer participação por parte do público interessado durante a presente consulta pública, nem foi comunicada qualquer consulta à documentação em papel nos locais em que o EIA esteve exposto neste suporte de papel.

1.3. CONSULTA A ENTIDADES

A Autoridade Ambiental solicitou um parecer à DREC ao abrigo do número 1 do artigo 38.º do Diploma AILA, uma vez que o HPNR pretende ocupar um espaço presentemente licenciado para exploração de inertes por aquela Direção Regional. Esta não se opôs desde que o projeto tivesse uma DIA favorável. No Anexo I deste relatório encontra-se o referido parecer recebido na DRAAC.

Internamente, a Autoridade Ambiental auscultou a Divisão de Gestão da Água, cujo parecer foi comunicado em texto integrado na aplicação de gestão documental, mas sem suporte em documento separado, pelo que abaixo se transcreve:

“1. Tratamento e descarga de águas residuais:

O projeto de execução apresenta soluções técnicas robustas (ETAR com tratamento terciário) para o tratamento e descarga de águas residuais. A descarga final dos efluentes deverá cumprir os valores limite de emissão (VLE) previstos nos:

- *Decreto Legislativo Regional n.º 18/2009/A, de 19 de outubro (Quadro 1 do Anexo I);*
- *Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto (Anexo XVIII);*

O cumprimento destes VLE será garantido por um programa de autocontrolo que constará no Título de Utilização dos Recursos Hídricos (TURH) a emitir por esta Direção Regional, com comunicação regular à entidade licenciadora.

Assim, verifica-se que nada há a opor no que respeita à drenagem, tratamento e descarga de águas residuais, desde que sejam garantidos:

- *O cumprimento do TURH a emitir aquando a implementação do hotel, mediante requerimento a instruir pelo requerente;*
- *A execução do plano de monitorização e manutenção;*
- *A comunicação periódica da monitorização efetuada ao efluente descarregado à entidade licenciadora.*

2. Criação e gestão da lagoa artificial:

Verifica-se no que concerne à implementação da lagoa artificial, que a mesma não conflitua com leitos e margens cursos de água e/ou lagoas, nem com zonas de proteção de captação de águas superficiais ou subterrâneas, pelo que nada temos a opor à implantação proposta.

A origem da água em causa provém da precipitação atmosférica, ou seja, trata-se de água pluvial. A DRAAC (Direção Regional do Ambiente e Ação Climática) /DGA (Divisão de Gestão da Água) só intervém em processos de licenciamento de captação quando se trata de águas superficiais e/ ou subterrâneas. Assim, não tem competência para licenciar uma captação de água pluvial.”

Dada a forma de receção deste parecer e sua transcrição no corpo deste relatório, torna-se desnecessário anexar o parecer acima no fim do presente documento.

Horta, 31 de julho de 2025

O RELATOR

Carlos Faria
(DACAA)

ANEXO I
PARECER DA DREC



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
Direção Regional do Empreendedorismo e da Competitividade

ENVIO REMOTO

Ex.ma Senhora
Diretora Regional do Ambiente e Ação Climática
Rua Cônsul Dabney – Colónia Alemã
Apartado 140
9901 - 014 HORTA

V/ Referência	V/ Comunicação	N/ Referência	Data
SAI-SRAAC/2025/5796	06-06-2025	SAI-DREC/2025/991/DO	12/06/2025

Assunto: PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL (AIA) AO PROJETO DE EXECUÇÃO “HOTEL PICO NATURE RESORT, BARCA”, CONCELHO E FREGUESIA DE MADALENA, ILHA DO PICO – FASE DE CONSULTA PÚBLICA – PEDIDO DE PARECER A ENTIDADES.

No seguimento do V. ofício acima identificado, serve o presente para junto de V. Ex^a dar conta de que, relativamente à construção de empreendimento turístico denominado “Hotel Pico Nature Resort” em substituição do PARP da pedreira da Barca (licença nº 88/RN), também somos de parecer de nada ter a opor, desde que do respetivo procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do projeto de execução resulte a emissão de Declaração de Impacte Ambiental favorável.

Com os melhores cumprimentos,

O DIRETOR REGIONAL

Bruno Filipe de Freitas Belo

SGC400/2025/1868